

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 894.230 DISTRITO FEDERAL

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CARLOS COÊLHO PEREIRA NETO E OUTRO(A/S)
RECTE.(S) : ANTONIO INACIO SOBRINHO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : GUSTAVO OLYMPIO SCAVUZZI DE MENDONCA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : OS MESMOS
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

A Ministra Cármen Lúcia submeteu o presente feito à Presidência nos seguintes termos:

“1. Agravos nos autos principais contra inadmissão de recursos extraordinários interpostos por Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF e por Antônio Inácio Sobrinho e outros, com base na al. a do inc. III do art. 102 da Constituição da República, sendo o primeiro interposto no Tribunal de Justiça de Pernambuco e o segundo no Superior Tribunal de Justiça.

2. Contra a inadmissão do recurso extraordinário interposto no Tribunal de Justiça de Pernambuco, Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF interpôs o Agravo de Instrumento n. 830.791, distribuído ao Ministro Luiz Fux, que, em 27.9.2013, proferiu a seguinte decisão:

‘AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. VERBA DE MANUTENÇÃO TEMPORÁRIA. VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PENDENTE DE JULGAMENTO. AGRAVO PROVIDO. DEVOLUÇÃO DO FEITO AO TRIBUNAL DE ORIGEM (ART. 543, § 1º, DO CPC).

(...)

Ex positis, PROVEJO o agravo, para desde logo,

ADMITIR o recurso extraordinário e, com fundamento no artigo 543, § 1º, do CPC, determino a devolução do feito ao Tribunal de origem, para que se aguarde o final do julgamento do referido recurso pelo Superior Tribunal de Justiça' (DJe 3.10.2013).

Após o trâmite no Superior Tribunal de Justiça, estes autos vieram-me em conclusão em 15.6.2015, por força da distribuição efetuada.

3. Encaminhe-se este agravo à Presidência, para análise de eventual redistribuição por prevenção (art. 69 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal)" (grifo no original; documento eletrônico 50).

É o relatório.

Decido.

É caso de redistribuição.

Conforme as informações prestadas pela Ministra Cármen Lúcia, incide no caso o disposto no art. 69, *caput*, do RISTF, *verbis*:

"Art. 69 A distribuição da ação ou do recurso gera prevenção para todos os processos a eles vinculados por conexão ou continência".

Isso posto, determino a redistribuição do presente feito ao Ministro Luiz Fux. Oportunamente, proceda-se à compensação da distribuição, na forma regimental.

Publique-se.

Brasília, 8 de outubro de 2015.

Ministro RICARDO LEWANDOWSKI
Presidente